19/08/2021 SEI/GDF - 65391619 - Ata



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA

28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DO PLANO DISTRITAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLANDHIS

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e seis do mês de maio do ano de dois mil e vinte um, via vídeo conferência, conforme disposto no Decreto nº 40.546 de 20 de marco do ano de dois mil e vinte um, foi iniciada a Vigésima Oitava Reunião da Câmara Técnica do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS, pela a Secretária-Executiva da SEDUH, Senhora Giselle Moll Mascarenhas. A lista de presença encontra-se anexa ao final desta Ata. A pauta segue transcrita: 1. ORDEM DO DIA: 1.1 Abertura dos trabalhos: 1.2 Aprovação da Ata da 27ª Reunião ocorrida no dia 02.09.2020. 1.3 Apresentação do calendário de reuniões 2021. 2. Apresentação do site do PLANDHIS. 3. Pesquisas CODEPLAN. 4. Início de leitura do documento final de consolidação do PLANDHIS: 4.1. Apresentação; 4.2. Introdução; 4.3. Histórico da Política Habitacional de Interesse Social no DF; 4.4. O que é o PLANDHIS? 4.5. A Revisão do PLANDHIS; 4.6. Situação Social e Habitacional do DF; 4.7. Público Alvo; 4.8. Dos princípios e objetivos. 5. ASSUNTOS GERAIS. 6. ENCERRAMENTO. Item 1. ORDEM DO DIA: Subitem 1.1 Abertura dos Trabalhos: A Diretora de Habitação, Senhora Marília Mello, deu por aberta a sessão, cumprimentando os presentes, assim como a Secretária-Executiva da SEDUH, Senhora Giselle Moll Mascarenhas, que também deu boas-vindas aos presentes, dizendo-se feliz pela retomada das reuniões do PLANDHIS, depois de oito meses. Agradeceu à equipe da SUPLAN pelos trabalhos desenvolvidos na consolidação do texto que será apresentado nesta sessão. Informou que esta reunião é efetivamente para contribuições ao texto e discutir os pontos propostos e como será o avanço dessas propostas. Falou da importância da contribuição de todos para que esse plano seja o mais rico e o mais próximo do que se necessita. A Subsecretária Senhora Sílvia Borges de Lázari cumprimentou os presentes e falou da reestruturação que aconteceu recentemente na SEDUH, agradecendo pelo tempo e aprendizado deixado pelo Subsecretário Vicente Correia Lima Neto. Falou da importância de retomar os trabalhos do Plandhis, com enfoque na população de baixa renda. Em seguida, a Senhora Eneida Aviani, Coordenadora de Políticas Públicas disse estar feliz por retomar os trabalhos do Plandhis, que agora vai se esforcar para terminar o texto do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social, que é fruto de um trabalho que vem sendo desenvolvendo há muito tempo. Diretora de Habitação, Senhora Marília Mello, observou que ao longo dos últimos dois anos foram realizadas 22 reuniões presenciais e 5 reuniões online, sendo esta a 6ª reunião online, por conta da pandemia do Corona Vírus. E hoje será dado início à fase de consolidação do texto final do documento do Plandhis. Lembrou que o Plandhis, ao longo desses dois anos, se preocupou com a participação social, e a presença de seus membros que sempre foram muito solícitos, participativos. Disse que ao longo desses meses de pandemia, foi desenvolvido todo o conteúdo e programação visual do site do Plandhis, que hoje será apresentado ao público, que teve a Unidade de Tecnologia da Seduh como responsável pela execução do site. A Diretora de Habitação informou que durante esses meses de pandemia, aconteceram reuniões do Grupo de Trabalho do Plandhis, que foi criado especialmente para desenvolver os estudos necessários ao Plano. O GT foi criado juntamente com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB e com a Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES, que foram parceiros ao longo de oito meses de trabalho, com a realização

de 29 reuniões. Destacou duas pesquisas que estão em desenvolvimento na Companhia de Planeiamento do Distrito Federal — CODEPLAN, que irão contribuir para os programas específicos do Plandhis: pesquisa sobre atendimento habitacional e o censo de população de rua. O Senhor Antônio José Ferreira-Cafu fez uso da palavra para desejar que nesse momento de dor e incerteza, por conta da Pandemia, que todos possam manter a 'lamparina acessa', e desejou que cada pessoa presente nesta reunião se sinta abraçado, afetado por ele; e que saia desta reunião uma proposta de texto para uma política que esta cidade muito merece. Dando prosseguimento à reunião, passou para o Subitem 1.2 Aprovação da Ata da 27ª Reunião ocorrida no dia 02.09.2020: A foi aprovada conforme apresentadas. Em seguida passou ao Item 1.3 Apresentação do calendário de reuniões 2021, quando foi apresentado o calendário de reunião do Plandhis para o ano de 2021, com as seguintes datas propostas: 29ª Reunião Ordinária, a ser realizada no dia 16 06 2021; 30ª Reunião Ordinária, a ser realizada no dia 07 07 2021; 31ª Reunião Ordinária, a ser realizada no dia 18 08 2021 e 32ª Reunião Ordinária, a ser realizada no dia 29 09 2021. O Senhor Benny Schvarsberg, representante da FAU/UNB, fez uso da palavra para dizer que acompanhava as palavras do Senhor Antônio José Ferreira-Cafu e parabenizou a equipe do Plandhis, em nome do Subsecretário Vicente Correia Lima Neto, da Senhora Eneida Aviani e Cristiane Benedetto. Disse que foi um trabalho bem substantivo para chegar à construção que chegou até aqui na construção do Plano. Pediu esclarecimentos a respeito de um ponto da ata, fazendo referência a uma sugestão que fez na reunião passada sobre o Plandhis ser feito por meio de Decreto e não por meio de Projeto de Lei. Ao que a Senhora Marília Mello informou que a sugestão do conselheiro foi acatada, e há a previsão de que o Plandhis seja aprovado como anexo do Decreto. Seguindo os trabalhos, foi apresentado o Item 2. Apresentação do site do PLANDHIS, Senhora Manuella Coelho, Assessora da DIHAB, apresentou o site do Plandhis, desenvolvido totalmente no âmbito da DIHAB, com assessoria da Unidade de Tecnologia — UNTEC da Seduh. O site pode ser acessado por meio do site da Seduh, link Habitação e em seguida clicar em Plandhis. Ao abrir a plataforma do Plandhis, estão lá dispostos quatro menus logo no início da página: Plandhis, Legislação, Participação e Revisão. I - O item Plandhis apresenta a contextualização do que é o Plano e dá alguns conceitos mais gerais utilizados e fala sobre o público-alvo; II – O item Legislação lista as principais legislações da política habitacional no DF; III – O item Participação aborda todas as instâncias de participação no Plandhis que estão desenhadas no processo da revisão de agora e o que virá depois; IV – O item Revisão explica a metodologia e apresenta a estrutura dos capítulos que serão os temas discutidos ao longo das reuniões e todo o avanco do Plano até aqui. Falou da importância da questão visual e de ter um espaço dedicado especificamente para o Plano, pois isso fortalece sua existência, implantação e implementação. Solicitou que quem tivesse sugestões de melhoria do site que a enviassem à equipe. Agradeceu o apoio da Untec. Em seguida, foi apresentado do Item 3. Pesquisas CODEPLAN, quando a palavra foi franqueada às Senhoras Tatiana Sandim e Cecília Sampaio, representantes da CODEPLAN, para falar um pouquinho sobre essas Pesquisas de Atendimento Habitacional e Censo Pop Rua. A Senhora Cecília Sampaio informou sobre a Pesquisa do 156, que trata da Política Habitacional do DF. É uma pesquisa que a Seduh solicitou à CODEPLAN, em 2018, mas que não pôde ser realizada na época. Em 2020 foi solicitado novamente que a pesquisa fosse realizada, através de um questionário, com as pessoas que foram contempladas pela política habitacional e outro questionário com as pessoas que não foram contempladas pela política habitacional. Disse que houve várias reuniões com a DIHAB para poder chegar a um formato de questionário que fosse utilizado para o 156, com no máximo 5 minutos de duração. Também teve uma conversa com a CODHAB para poder separar, dentro do cadastro deles, quem faria parte da amostra da pesquisa pelos contemplados, e quem faria parte da amostra da pesquisa pelos não contemplados. Essa pesquisa já foi transmitida para a Secretaria de Economia. No dia seguinte a esta reunião, haverá uma reunião da CODEPLAN com o pessoal da Central 156 para encaminhar o treinamento dos pesquisadores e dar início à pesquisa. A pesquisa deve comecar em no máximo duas semanas. A oradora falou da importância da divulgação da pesquisa no site da CODEPLAN e da Seduh. Em seguida, a Senhora Tatiana Sandim apresentou a pesquisa do Censo Pop Rua. Disse que a CODEPLAN tem investido bastante tempo na produção de uma metodologia alinhada às demandas de várias Secretarias do DF, entre essas demandas uma da Seduh, que é esta e que há dez anos esse público não é alvo de uma pesquisa desse porte. A pesquisa tem dois principais objetivos: I – contar, qualificar e entender o perfil e as demandas das políticas públicas dessa população; II - subsidiar as proposições legislativas e as políticas públicas do maior número possível de Secretarias do GDF. A preocupação em subsidiar proposições legislativas é porque existe um recurso de Emenda Parlamentar, cedido pela Deputada Arlete Sampaio, e a metodologia que está sendo desenhada necessitará de suplementação de recursos, que o

Secretário da Economia, Senhor André Clemente, se disponibilizou para fazer para efetivamente chegar ao final das atividades previstas. Serão aplicadas duas estratégias de coletas de dados: I – um questionário curto e outro mais longo, onde será levantado o perfil socioeconômico e outros questionamentos feitos pelas Secretarias, dentre elas a Seduh. A metodologia da pesquisa tem sido elaborada em parceria com a SEDS, com o Fundo das Nações Unidas para as Populações, que inclusive tem aportados recursos para algumas ações como uma pesquisa qualitativa e outros pontos ainda em negociação. Informou que também têm acontecido conversas com pesquisadores da Fiocruz e do Núcleo do Centro de Estudos Avancados Multidisciplinares - CEAM da UnB. A fase atual em que a pesquisa se encontra é a publicação do edital de licitação, que deve ser publicado em breve. Informou que em setembro deste ano a coleta de dados deverá ser feita e entre 60 e 90 dias os resultados já sejam publicados. Em seguida passou para o Item 4. Início de leitura do documento final de consolidação do PLANDHIS, quando a Senhora Marília Mello passou à apresentação do documento. Informou que o trabalho conseguiu avançar até a parte de princípios e objetivos do Plano. A parte inicial já foi toda contextualizada. No Subitem 4.1. Apresentação, a SEDUH, por meio da SUPLAN apresenta à sociedade o novo Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS. Entre as competências da SEDUH, está o planejamento, elaboração e gestão da política habitacional do Distrito Federal, visando a promoção do acesso à moradia digna para toda sua população e o combate ao déficit e à inadequação habitacional em todo seu território. O PLANDHIS é então uma ferramenta essencial para o alcance desse objetivo, uma vez que é o instrumento mais importante de consolidação da Política de Habitação de Interesse Social do DF. A Política Habitaçional de Interesse Social do Distrito Federal deve visar o enfrentamento das necessidades habitacionais da população de baixa renda, traçando estratégias viáveis de combate ao déficit habitacional e propondo soluções distintas para as diversas demandas desse segmento, com maior atenção aos estratos mais vulneráveis, promovendo acesso à moradia digna e à vivência do espaço urbano em sua totalidade. A oradora observou que a Política Habitacional de Interesse Social no Distrito Federal remonta desde a época da fundação da Capital Federal, com a criação da Sociedade de Habitações Econômicas de Brasília — SHEB (1962), posteriormente da Sociedade de Habitação de Interesse Social - SHIS (1964), do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - IDHAB (1994) e atualmente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional - CODHAB (2007). E em 2008, foi feito um Relatório Técnico, que indicou as estratégias para uma revisão do Plano. Verificando-se a necessidade de diversificar ainda mais esse legue de opções de oferta habitacional, quebrando alguns paradigmas de propriedade, de tipologias, de formas de gestão e necessidades de acompanhamento social, trabalhando as dimensões técnicas, cultural, econômica, financeira e social da população, e contando com a participação de vários órgãos públicos, entidades e movimentos da sociedade civil. A Revisão do PLANDHIS O Plano Distrital de Habitação de Interesse Social - PLANDHIS foi lançado em 2012, com período de vigência estabelecido em 16 anos (2012-2027). As revisões foram previstas para ocorrer a cada quatro anos e teriam como objetivos atualizar, corrigir e aperfeiçoar programas e ações, bem como adequar o Plano às novas realidades que surgissem durante o seu período de vigência. A Senhora Marília Mello ressaltou que o PLANDHIS é o instrumento do planejamento urbano que define as diretrizes básicas da política habitacional para as famílias consideradas como de baixa renda no território do Distrito Federal. Sua concepção está em consonância com as diretrizes setoriais estabelecidas no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT-DF. O seu objetivo central é prover moradia de qualidade às famílias consideradas como de baixa renda, com prioridade àquelas com renda familiar entre 0 e 5 salários mínimos, pretendendo-se, assim, combater o déficit habitacional estimulando a habitação de interesse social em áreas dotadas de infraestrutura, equipamentos públicos, comércio, serviços, oportunidades de emprego e renda, em atenção às demandas específicas da população a ser atendida. Foi levado em consideração a base de dados utilizada na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018, que trouxe a questão da concentração de moradias no Território, a distribuição dos postos de trabalho, escolas e como a população das Regiões Administrativas é absorvida pelos postos de trabalho, escolas, habitação e transporte. Chamou atenção à realidade do Plano Piloto, que ainda detém a grande maioria dos postos de trabalho, com uma média de quarenta por cento dos postos de trabalho do DF. Um componente mais representativo e que chamou atenção na pesquisa foi o ônus com aluguel. Assim, o público-alvo do Plandhis são todas as famílias em déficit habitacional, com renda familiar de 0 a 12, mas o Plandhis prioriza as famílias com renda familiar de 0 a 5 salários mínimos ou que estão em situação de vulnerabilidade. A oradora apresentou alguns dos principais objetivos do Plandhis, dentre eles estão o direito à Cidade, a justiça social e a função social da propriedade. Após a apresentação, a Senhora

Marília Mello solicitou aos presentes sugestões e contribuições para aperfeiçoamento do Plano. Assim, a Plenária se manifestou, tendo como primeira oradora 1) A Senhora Ludmila de Araújo Correia, representante do IAB/DF, que se pronunciou parabenizando a equipe do Plandhis pela elaboração do trabalho. Apresentou suas observações: I – sobre o Histórico da Política Habitacional de Interesse Social no DF, sugeriu fazer uma contextualização sobre o Estatuto das Cidades, apresentando questões sobre a participação social e sobre a questão da função social da terra e da cidade; II – sobre o Plandhis 2012, mencionou a necessidade de apresentação de um diagnóstico da efetividade do Plano de 2012, indicando quais eram os objetivos e as estratégias colocadas naquele Plano e até que ponto eles foram atendidos; III – perguntou sobre como está o programa de recenciamento imobiliário, propondo a realização de diagnóstico por meio de pesquisa; IV – sobre a Metodologia de Revisão, solicitou um retorno sobre as oficinas quer foram realizadas, e não apresentar só os resultados, mas também quais ações estão tomadas pelo Governo; V - destacou e parabenizou a equipe pela realização das 27 reuniões da Câmara Técnica; VI - destacou e sugeriu que seja revisto o que está sendo pensado para o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT; VII – sobre as reuniões do Eixo Habitação e Regularização da revisão do PDOT, sugeriu que deixe claro que são reuniões internas e que as mesmas não foram reuniões com participação das pessoas que estão envolvidas na Câmara Técnica; VIII - na página 20, no gráfico das UPTs, disse que seria interessante que antes de mostrar o gráfico, explicasse o que é cada UPT e quais RAs estão englobadas em cada UPT; IX -no item da Estratificação de renda em programas de HIS e situação socioeconômica no DF, na página 21, sugeriu que deixe claro que quando fala de salários mínimos, se trata de rendas familiares; X - perguntou sobre a questão do déficit e da demanda habitacional demográfica, se ambos têm a ver mais com a produção habitacional e se essa demanda de levantamento dado é sobre a inadequação. Quanto a essa fala sobre inadequação, a Senhora Marília Mello informou que tanto a Seduh quanto a CODHAB esperam ter esse foco da Assistência Técnica. Lembrou que são duas pesquisas: uma de atendimento habitacional e outra de censo de população em situação de rua. Esclareceu que o documento apresentado foi encaminhado previamente à convocação da reunião. Questionou se todos os presentes receberam o documento. Seguindo a fala da Plenária, se manifestou 2) O Senhor Benny Schvarsberg, representante da FAU/UNB, que apresentou seis destaques ao documento, mas antes lembrou que o Plandhis revisado tem um horizonte de vigência em torno de 10 anos e depois disso deve ser feita revisão dos Planos Diretores dos Municípios. Disse que a maioria dos conteúdos que foram discutidos e construídos coletivamente no Plandhis foi realizada no período prépandêmico, e a pandemia trouxe impactos de natureza, sobretudo, social e econômica da população do Distrito Federal, e também na questão da moradia, do transporte, da alimentação e aumento da desigualdade social. Passando aos seus apontamentos, destacou: I - a importância na ênfase na UPT Oeste, dizendo que a focalização de renda e de território é muito importante como estratégia do Plandhis e tem que ser também conjugada com as estratégias da Revisão do PDOT e PDTU; II – habitação, transporte e alimentação são os majores comprometimentos da população de baixa renda; III - necessidade de enfatizar mais o tema da locação social e detalhar um pouco mais os princípios das estratégias de um programa desenhado para focar na locação social; IV o ônus excessivo com aluguel como componente mais expressivo do chamado déficit habitacional no Distrito Federal e no Brasil; V - concordância com a proposta da SEDS em estabelecer o chamado HIS 0; VI — avaliar a prioridade de 0 a 5 para 0 a 3 salários mínimos; VII - a PDAD pode orientar e fundamentar mais e melhor a questão da prioridade para 0 a 3; VIII - não está sendo suficiente a participação das representações dos movimentos sociais e populares na revisão do Plano. A Senhora Marília Mello esclareceu que as diretrizes do Plandhis foram trabalhadas mais específicas nos próximos títulos que ainda serão apresentados. E no capítulo de Linhas Programáticas terá diretrizes e um texto específico para a locação social. Na parte inicial do Plano foram trabalhados os objetivos e os princípios gerais. 3) O Senhor Antônio José Ferreira-Cafu falou que nesse momento em vive o Brasil e o Mundo é preciso ter o toque e a sensibilidade ao outro. Ressaltou que a fala do Senhor Benny Schvarsberg é muito oportuna, humana, acolhedora e sensível quando diz sobre reduzir a prioridade, enquanto ganho, a famílias com rendas de até três salários mínimos, ou Faixa 1, aquela faixa em que o Tesouro subsidia 90% do imóvel financiado e reduz o tempo de financiamento para 120 meses sem juros. Assim como quando mencionou que os movimentos sociais deveriam estar mais presentes e mais cientes nesses momentos de discussão. A Senhora Eneida Aviani ressaltou que toda a equipe do Plandhis e do SUPLAN não está de acordo com a faixa determinada entre 0 a 12 salários mínimos para baixa renda, no Distrito Federal, concordando com a delimitação da faixa de 0 a 5 salários mínimos. E nas linhas programáticas, que vão ser colocadas mais à frente, todas elas trazem nas suas diretrizes a prioridade de 0 a 5, e a maioria delas é de

O a 3 ou até mais baixas. A Senhora Juliana Lucas. Presidente da Comissão de Direito Urbanístico e Regularização Fundiária da OAB/DF, agradeceu pelo convite de participar desta reunião e parabenizou a equipe pelos trabalhos realizados. Disse que a Comissão tem recebido muitos questionamentos sobre o princípio da participação popular. Lembrou que este ano o enfoque do PDOT tem sido grande e está participando da elaboração do mesmo como representante da OAB. Concordou com o Senhor Benny Schvarsberg sobre a questão da faixa de 0 a 5 salários mínimos, e que deveria ser reduzida para 0 a 3. Informou que a OAB estará participando das reuniões do Plandhis e se pôs à disposição da equipe. A Senhora Eneida Aviani comentou que na época em que as reuniões foram realizadas, o grupo foi atrás de muitos movimentos sociais, mas houve muita resistência dos movimentos em acreditar e confiar no Governo e participar desses processos participativos de elaboração das políticas relacionadas a eles. Disse que conseguiu trazer alguns movimentos para o debate, a exemplo do Pop Rua, e foi uma participação muito positiva. Espera que a resistência diminua e os Movimentos consigam se aproximar mais do Governo. A Senhora Marília Mello disse que para esta reunião de hoje ampliou os convites para os Movimentos e Entidades que se inscreveram para o CGP/PDOT, e a expectativa era de um quórum maior hoje, por conta desse convite ampliado, o que não aconteceu. A equipe pretende resgatar essa presença, para as próximas reuniões, fazendo chamamentos, convocando, divulgando para ter contribuição deles também nessa fase de fechamento do texto. A Senhora Ludmila de Araújo Correia, representante do IAB/DF, falou a que precisa ser mais evidenciada qual foi efetivamente o atendimento na faixa de renda de até 5 salários mínimos nesses últimos anos. Sobre a participação dos movimentos sociais, disse que sempre houve, principalmente dos movimentos de moradias, a questão de eles não quererem estar em um espaço em que a participação deles será usada contra eles, no sentido de validar algo que muitas vezes eles não concordam. Por isso, tem que se pensar estratégias de mudar essa confiança dos movimentos sociais porque senão esses grupos não vão participar dos espaços formais de discussão. Portanto, o primeiro passo é buscar a participação desses grupos. Para tanto, a Senhora Marília Mello informou que quando tiver mais amadurecido o texto final do Plano, serão realizados eventos ou oficinas com a participação dos movimentos. No Item 5. ASSUNTOS GERAIS, a Senhora Sílvia Borges de Lázari disse concordar com as colocações feitas e informou que o Plandhis tem feito um esforço também nesse sentido da participação social. E com relação ao PDOT, o CGP é o motivo para que essa participação aconteça e seja representativa. Informou que hoje saiu a abertura da segunda rodada de chamadas para preencher as vagas que ainda estão abertas no CGP. E se espera melhorar a participação da comunidade na revisão e monitoramento do PDOT. Em seguida, a Senhora Marília Mello informou que o primeiro bloco de contribuições realizado nesta sessão foi concluído conforme o esperado. E a expectativa é que na próxima reunião, no dia 7 de julho de 2021, seja tratado o bloco 2. Será dado retorno aos participantes do que foi sugerido hoje para o Bloco 1 assim que tudo estiver ajustado. Também será enviado a todos, previamente, o texto do Bloco 2, para apreciação na próxima reunião. Informou que o Senhor João Artur, via chat, se manifestou informando que só recebeu o documento ontem no final da tarde e por isso ele não pôde contribuir. O Senhor Giulliano Penatti também se manifestou, via chat, dizendo que corrobora com as manifestações do Senhor Benny Schvarsberg aa respeito do teto de até 3 salários mínimos. Por fim, a Senhora Marília Mello agradeceu a presenca de todos nesta reunião. Da mesma forma, a Senhora Silvia Borges de Lázari agradeceu a todos por estarem presentes neste evento. Na mesma monta, a Senhora Eneida Aviani agradeceu a todos pela presença, e disse que vai dar uma turbinada na divulgação dos trabalhos da Câmara Técnica do Plandhis, no trato do texto final do Plano. Concluiu sua fala, dizendo que espera que o Governo consiga mudar um pouco a aproximação e apropriação dos movimentos sociais nos seus projetos. A Secretária Executiva Giselle Moll Mascarenhas agradeceu mais uma vez a participação de todos e pela riqueza dos trabalhos e se disse muito feliz com a divulgação da pesquisa da CODEPLAN. Pediu o apoio da Câmara Técnica na divulgação da pesquisa também. Prosseguiu ao Item 6. ENCERRAMENTO, quando a Vigésima Oitava Reunião da Câmara Técnica do Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – PLANDHIS foi encerrada pela Diretora de Habitação, Senhora Marília Mello, agradecendo a presença de todos.

GISELLE MOLL MASCARENHAS

19/08/2021 SEI/GDF - 65391619 - Ata

Secretária-Executiva da SEDUH

SILVIA BORGES DE LÁZARI

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano SUPLAN/SEDUH

MARÍLIA MELLO

Diretora de Habitação



Documento assinado eletronicamente por GISELLE MOLL MASCARENHAS - Matr.0271430-2, Secretário(a) Executivo(a) de Planejamento de Preservação, em 08/07/2021, às 11:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por MARILIA SILVA MELO - Matr.0136745-5, Diretor(a) de Habitação, em 12/07/2021, às 10:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por SÍLVIA BORGES DE LAZARI - Matr.273.821-X, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano, em 19/07/2021, às 15:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.df.gov.br/sei/controlador externo.php? acao=documento conferir&id orgao acesso externo=0 verificador= 65391619 código CRC= 56620657.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 06 Bloco A Lotes 13/14 2º andar - Bairro Asa Sul - CEP 70306918 - DF

3214-4101

00390-00001129/2019-99

Doc. SEI/GDF 65391619